



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ACTA N.º 05/2015

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2015

INICIADA ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 50 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>04</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>12</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>36</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>36</b>

**ACTA N.º05/ 2015**

**ABERTURA**

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de dois mil e quinze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Fixação de Derrama do ano de 2015;
- 2.3** - Fixação do IMI para 2016;
- 2.4** - Participação variável do IRS aos rendimentos auferidos em 2016;
- 2.5** - Concessão da Gestão da Pousada da Juventude das Penhas da Saúde-Constituição De Agrupamento;
- 2.6** - Alienação à ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, SA, EEM, da Participação societária detida na Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia, SA, EM - Revogação de Deliberação;
- 2.7** - Delimitação da ARU - Centro Urbano da Covilhã - Proposta de alteração da Planta de Delimitação da área de intervenção;
- 2.8** - Delimitação da ARU - Centro Urbano de Vila do Carvalho - Proposta de alteração da Planta de Delimitação da área de intervenção;
- 2.9** - Apoios e Incentivos previstos nas ARU's em vigor no Concelho da Covilhã- Proposta de alteração dos incentivos fiscais;
- 2.10** - Adesão à Associação Internacional de Cidades e Entidades do Iluminismo;
- 2.11** - Proposta de Classificação de Bens Imóveis – Imóvel de Interesse Municipal: Estendedoro de Lãs das Escadinhas do Castelo.

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhor Dr. José Armando Serra dos Reis e a Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Dra. Diana Catarina Lopes Louro, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), David José Reis Bizarro (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Dr. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor: **José Augusto Martins Santos**, tendo sido a ausência justificada pelo Senhor Dr. Paulo Tourais, Líder de Bancada do Movimento Acreditar Covilhã. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão**. -----

**PRESENCAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

**ORDEM DE TRABALHOS**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**EXPEDIENTE**

- Requerimento do Senhor Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, do Movimento Acreditar Covilhã, a solicitar informações sobre incompatibilidades de funções de Membros da Assembleia Municipal em Empresas Locais;
- E-mail da CPCJ - Penamacor a remeter ficha de inscrição e o programa para o I Encontro "Crise e novos riscos sociais: implicações na promoção dos direitos da criança";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta dirigida ao Ministério da Saúde, apresentada pela Senhora Deputada Paula Santos na Assembleia da República, sobre as "Dificuldades no acesso à saúde em Sobral de S. Miguel".

### INTERVENÇÕES

--- O Senhor Prof. Reis Silva, Representante do Partido Comunista Português, fez uma Intervenção Política referindo: "...A estratégia privatizadora da saúde, suportada numa visão mercantilista, conduziu à concentração, redução e encerramento de serviços e valências em Centros de Saúde e Hospitais..." e apresentou uma Moção a exigir a intervenção necessária para a resolução das carências existentes no serviço de saúde na Freguesia de Sobral de S. Miguel (**doc.01**). -----

--- A Senhora D. Joana Campos - Sobral de S. Miguel: "Agradeço a intervenção, mas a situação não é bem como foi descrita. Efectivamente temos algumas dificuldades na parte da saúde, mas o médico vai ao Sobral, normalmente de quinze em quinze dias. Há, de facto, pessoas que têm que se levantar bastante cedo para conseguir consulta, mas a informação que eu tenho é que o Senhor Doutor nunca deixou de atender ninguém em situação de urgência. E, o caso da Freguesia do Sobral de S. Miguel é idêntico ao de outras Freguesias do nosso Concelho e da Zona Centro".-----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: "A Senhora Presidente da Junta com certeza que conhece a situação, mas a verdade é que, quando nós fizemos o contacto com a População, eles fizeram sentir que existem carências, que existem dificuldades, que existem problemas. Ficamos muito apreensivos quando vemos idosos de bengala, com dificuldades de mobilidade, com certeza com carências também ao nível financeiro, enfim... têm dificuldades na sua deslocação a outros locais. Daí o nosso reforço e a colocação deste problema aqui na Assembleia Municipal, sem colocar em causa que a Junta de Freguesia terá feito, já, tudo aquilo que é possível e está ao seu alcance para a resolução do problema. A nossa intenção é, no fundo, dar aqui uma ajuda e, através da Assembleia Municipal, fazer sentir ao Centro de Saúde da Covilhã que o problema existe. E, se o problema existe noutras Freguesias eu penso que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal poderá ter essa oportunidade para colocar a questão, para que estas situações não aconteçam". -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 29 votos a favor (PS, PCP e Presidentes de Freguesia), 03 votos contra (PSD) e 10 abstenções (MAC e Presidentes de Freguesia)**.

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Rui Amaro - Peso e Vales do Rio: "O meu voto foi a abstenção, não contra as pessoas, como é óbvio todos devemos ter direito à saúde. Mas, como é óbvio, também temos que ter alguma racionalidade com os gastos e com tudo o que se passa no País. No entanto, também quero ressaltar que a Moção, que aqui foi apresentada pelo Partido Comunista Português, se fosse feita de outra forma com toda a certeza que teríamos, todos, votado a favor. Dado que a ida ao médico às 6 da manhã passa-se no Sobral, passa-se no Peso, passa-se nos Vales do Rio, passa-se no Dominguiso, porque é uma questão de funcionamento e não uma questão de falta do médico". -----

- Senhor Eng.º João Nuno Serra: “O nosso voto contra vai... tendo em conta aquilo que foi dito pela Senhora Presidente de Junta (e não misturamos aquilo que podem ser visitas de carácter de campanha e partidário, que recolhe sempre muita informação das deficiências que vamos tendo pelo nosso Concelho, com aquilo que é uma política integrada para o Concelho). Obviamente que não está em causa a População de Sobral de S. Miguel, mas está em causa a integridade e a homogeneização no tratamento global do Concelho”. -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra, Representante do Partido Social-Democrata, fez uma Intervenção referindo-se à resposta da Câmara ao Requerimento que dirigiu à Mesa da Assembleia sobre “ajustes directos” (**doc.02**). -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo, Representante do Movimento Acreditar Covilhã, antes de iniciar a intervenção referiu que tem que registar a discriminação positiva de que o Grupo Parlamentar do PSD é alvo, em que os Requerimentos apresentados são respondidos e os do MAC, apesar de serem anteriores, continuam sem resposta. Agradeceu a resposta a um, que dirigiu ao Senhor Presidente da Mesa, e o parecer que lhe foi enviado sobre as questões de incompatibilidades, mas fica à espera da decisão e da consequência da participação dos Membros que têm impedimentos e que, no seu entendimento, são incompatíveis nas deliberações da Assembleia. E disse: “como sabe, invalida e coloca em causa a validade total de todas as deliberações desta Assembleia. Portanto, espero que haja uma resposta formal e o Senhor Presidente tem competência para dizer isto”.

De seguida o Senhor Dr. João Bernardo fez uma Intervenção: “Saímos daqui, na última Sessão desta Assembleia Municipal, convencidos que estaríamos bem encaminhados... Temos agora notícias que afinal tudo não passou de um logro e uma cortina de fumo para esconder a maior das evidências...” (**doc.03**). -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Como os Senhores Deputados devem ter verificado, através do expediente que foi enviado, foi dada resposta ao Senhor Deputado sobre os pareceres que me chegaram de diferentes Entidades. Portanto, para que seja claro, todos têm os pareceres que a Assembleia recebeu, em relação ao problema que o Senhor Deputado levantou”. ----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia pediu esclarecimentos: “Era só para que o Senhor Deputado do MAC extrapolasse se a sua intervenção é no plano da matéria jurídica ou apenas no plano da ética política, globalmente falando. Isto é: se está apenas indignado, se acha que as pessoas devem ter outro comportamento, ou se resulta daqui alguma obrigação para esse comportamento?” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Entendo eu que, para estar na política deve haver ética política e cumprir os princípios que estão definidos na Lei. E que cada um, independentemente de estar na Lei, deve sentir ou não a independência de estar e ocupar os lugares que tem.

Eu já recebi, neste, acho que vou no terceiro parecer, mas o que ainda não tive foi a decisão do Senhor Presidente da Mesa sobre aquilo que lhe foi expressamente requerido. E, acho que tenho o direito e esta Assembleia, em nome da legalidade, em nome dos deveres que o Senhor Presidente tem, tem o dever de garantir a legalidade das deliberações que aqui são feitas.

E, por essa razão é que eu chamei a atenção para esse facto”. -----

---O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Eu senti que as declarações do Senhor Deputado João Bernardo, de certa forma, puseram em causa o meu bom nome e a minha consideração, Senhor Presidente. E, quando o Senhor Deputado João Bernardo põe em causa a forma e a ética com que as pessoas estão neste Órgão, é importante relembrá-lo que, quer eu, quer outros elementos fomos os primeiros a solicitar, ao Senhor Presidente da Assembleia e aos Órgãos da Tutela, esclarecimentos relativamente à nossa condição, se eventualmente podíamos exercer os cargos de acordo e dentro do espírito da Lei. Isso é que é importante referir ao Senhor Deputado João Bernardo, porque ele cria aqui um anátema sobre as pessoas como se eventualmente houvesse aqui uma vontade ou, de certa forma, uma sede de estarmos neste Órgão. Quando, muito pelo contrário, sempre tivemos como primeira premissa o cumprimento da Lei, dentro da ética política e dentro da ética das nossas obrigações. Portanto, eu não posso permitir que o Senhor Deputado João Bernardo venha para aqui como douto ou com uma elevação moral, que eu não lhe reconheço, a por em causa quer a minha presença neste Órgão, quer a presença de outros elementos desta Assembleia. E, de uma vez por todas, de uma vez por todas, que este assunto esteja de uma vez esclarecido. Foram solicitados pareceres, quer aos órgãos jurídicos da Câmara quer à CCDR. A CCDR disse que existem situações de contrariedade na lei, mas que se iria pronunciar e quando se pronunciar, efectivamente em plenário ou o que quer que seja, nós cá estaremos para tirar as ilações dessa pronúncia. Agora, o Senhor Deputado com esta constante vinda quer desviar-se mais uma vez, que é aquilo que nos habitua, aliás o MAC, é desvirtuar os assuntos fundamentais do Município para os *fait divers*. É aquilo a que estão habituados!” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Relativamente a esta questão, pelo menos, fico a saber que há pedidos de esclarecimento a intervenções políticas, mas ainda bem que o entendimento da Mesa é esse e vamos à discussão.

Relativamente a esta matéria, sem prejuízo e sem minorizar a dimensão jurídica, creio que o que aqui ressalta é a dimensão política e nesse aspecto, da parte do PCP e da CDU, creio que teria sido avisado por parte da Câmara, por parte dos próprios, por parte do Partido Socialista, não designar, não nomear membros eleitos da Assembleia Municipal para as Empresas Municipais, sem antes, objectivamente, ter a resposta e o parecer jurídico da CCDR. Como é óbvio, não se pode participar, simultaneamente, no órgão que fiscaliza e ser fiscalizado, do ponto de vista político é uma situação inaceitável. E, como a própria CCDR diz, no seu parecer, recai no domínio da incompatibilidade mesmo que a lei tenha sido alterada e tenha permitido algumas alterações. Por isso, da nossa parte, o que queremos salientar é que teria sido avisado, teria sido ajuizado, por parte da Câmara Municipal, primeiro esperar pelo parecer e seguidamente com toda a segurança indicar quem muito bem entendesse para as Empresas controladas pelo Município.

Relativamente à questão jurídica e à nulidade dos actos, que o Senhor Deputado do MAC acaba por requerer, friso novamente sem menosprezo dessa questão, obviamente que me parece que essa questão é ultrapassável no domínio da reforma e da reconversão dos próprios actos, cuja nulidade pode ser suscitada.

Não sei se há alguma deliberação em que o voto, dos Membros em causa, tenha sido objectivamente indispensável para aprovação dessas deliberações?! Aí sim, poderia estar em causa uma deliberação e as consequências dessa mesma deliberação, creio que não é o caso.

E, portanto, creio que devemos passar em frente e terminar sublinhando que a questão é política, fica para o futuro. Lembro-me que em 2008, nós próprios suscitamos aqui uma questão relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira que, na altura, votou a privatização da água e simultaneamente tinha uma Empresa prestadora de serviços às Águas da Covilhã, creio que esse exemplo devia ter servido para o futuro. Ou seja, a partir daí, o então Presidente da Junta de Freguesia, ficou impedido de votar assuntos que dissessem respeito às Águas da Covilhã e creio que é esse o aspecto que deve servir para futuro nesta Assembleia Municipal”. -----

--- A Senhora Eng.ª Catarina Mendes, Representante do Partido Socialista, fez uma Intervenção Política referindo: “O nosso Concelho, felizmente este ano lectivo 2015/2016, graças aos esforços articulados da Câmara, Conselho Municipal de Educação, Agrupamentos de Escolas e Juntas de Freguesia, conseguiu evitar o encerramento das escolas que estavam assinaladas para esse efeito...” De seguida, propôs a aprovação de uma Moção de Protesto contra a redução de verbas destinadas ao ensino articulado e artístico **(doc.04)**. -----

--- Colocada a Moção de Protesto à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 41 votos a favor (PS, MAC, PSD, PCP e Presidentes de Freguesia) e 01 abstenção (MAC)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- O Senhor Prof. Reis Silva: “Nós votámos favoravelmente esta Moção, porque discordamos com a redução das verbas para o ensino articulado e artístico. E neste caso, como foi referido, está em causa a EPABI e o Conservatório no nosso Concelho. Agora, a questão que se coloca aqui é que, nós não nos podemos esquecer das responsabilidades do Partido Socialista, enquanto Governo, na redução das verbas na Educação. Nós não temos memória curta! O Partido Socialista foi, digamos, o Governo que mais atacou a Educação e que mais atacou os profissionais da Educação”. -----

--- O Senhor Prof. Doutor Joel Rodrigues fez uma Intervenção Política congratulando-se com a Assinatura do Memorando para a criação do Centro de Competências em *Cloud Computing* na Universidade da Beira e Interior **(doc.05)**. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Depois de a Covilhã ter perdido, com a reforma do mapa judiciário, o Tribunal – que agora passou a ser o Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco – e a competência para julgar os processos mais importantes – as grandes instâncias ou instâncias centrais para processos-crime mais graves e para processos cíveis de valor superior a €50.000,00 passaram a ser julgados em Castelo Branco – bem como a competência para julgar qualquer processo de natureza comercial que passaram a ser julgados no Fundão, somos agora confrontados com afirmações públicas do Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco, que indicam uma clara preocupação pela situação manifestamente precária em que se encontra o Tribunal do Trabalho da Covilhã, que alerta para a insustentabilidade da manutenção da situação e que basicamente diz: Façam alguma coisa senão o Tribunal do Trabalho vai para o Fundão. Por outras palavras foi aquilo que foi dito.

Isto nem sequer estaria em cima da mesa se a Câmara tivesse cumprido aquilo com que se comprometeu que era disponibilizar as instalações para o Tribunal de Trabalho, que está a funcionar em instalações precárias. Há o conhecimento de que existe um diferendo sobre as instalações que deveriam ser entregues para a instalação do Tribunal do Trabalho.

O Senhor Presidente da Câmara não proporcionou, até ao momento, qualquer informação sobre o assunto, nem cumpriu com o que se comprometeu há mais de um ano...

Independentemente dos diferendos ou das questões monetárias que possam estar subjacentes, o certo é que as mesmas podem e devem ser dirimidas em local próprio sem que se coloquem em causa os interesses do concelho, dos trabalhadores e das empresas que, correm o risco de ir discutir as suas questões laborais para um concelho vizinho.

Em nome da responsabilidade e interesse deste município, apela-se à responsabilidade e coerência de todos os envolvidos, para que de uma forma célere e eficaz se resolva a questão do edifício em causa, por forma a evitar um prejuízo irreparável para a Covilhã e para os seus trabalhadores e empresas.

A propósito de trabalhadores e empresas, aproveito apenas para recordar que desde Maio passado - mês que o Sr. Presidente anunciou como sendo o mês do trabalho e se comprometeu a apresentar várias novas empresas que estavam para se instalar no concelho, com a criação de postos de trabalhos – que estamos à espera de tal acto solene, sem que até ao momento se tenha visto o que quer que seja... Durante quanto tempo ainda temos de esperar? -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Em primeiro lugar queria sublinhar a forma generosa como a Mesa trata os Deputados do MAC no que respeita à distribuição do tempo. E, portanto, agradeço o tempo que me é proporcionado para reafirmar algo que eu tinha que reafirmar, porque devo reafirmá-lo, porque é o momento para o reafirmar e porque vem a propósito na sequência de uma posição assumida pelo meu amigo Deputado eleito pelo PS, Professor Joel Rodrigues, que é a da situação que se verificou, há bem pouco tempo, na UBI. Quando, meia hora depois da hora a que estava prevista a cerimónia, recebo um *e-mail* do Reitor a dizer que a cerimónia tinha sido suspensa por razões que se prendiam com a necessidade do melhor apuramento do que se passava, em termos das condições, para a UBI realizar o protocolo para a criação do Centro de competências em *Cloud Computing*. É, de facto, completamente inaudito!

Nós conhecemos... mas necessita de uma leitura política muito clara por uma razão muito simples, imediatamente a seguir a Senhora Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, Senhora Dra. Ana Abrunhosa, fez um conjunto de considerações em que nomeadamente dava a impressão que havia um grupo de pessoas, à frente daquela Instituição, que pareciam não dispor de competência para celebrar, nas melhores condições, um Protocolo à semelhança daquele que tinha sido proposto. Ora, quer dizer, conhecendo nós a Reitoria, conhecendo nós até que ela será absolutamente insuspeita de qualquer simpatia ou de qualquer antipatia pela actual maioria ou de qualquer simpatia pela oposição não podemos deixar de reconhecer que é quando o PSD e o CDS estão no poder que mais se verifica a permeabilidade a *lobbies* que prejudicam o Interior e que mais beneficiam o Litoral. Revendo as justificações apresentadas pela Senhora Dra. Ana Abrunhosa isso torna-se tão claro que chega a ser afrontoso, porque dá a impressão que há um grupo de pessoas que são olhadas de uma forma sobranceira a partir de alguns centros de poder, a partir de alguns mini Terreiros do Paço.

E, não é possível deixar de comparar, neste período, aquela que é a actuação de alguns Governos com aquela que é a actuação de outros Governos e não é possível deixar de continuar a compreender, neste contexto político e neste contexto eleitoral, que obviamente eu tenho de abordar uma questão que é a de saber, exactamente, em que lugar me posiciono em termos Nacionais, no que respeita à necessidade de uma alternativa coerente que volte a dar... que devolva à saúde e à educação no Interior a dignidade que o Governo PAF lhe retirou, porque a dignidade, a qualidade, a proximidade em relação às Populações não me impede, isso, nada de manter as minhas divergências a nível local, as quais depois de 4 de Setembro serão bem esclarecidas, traçarei as minhas linhas vermelhas.

Eu não concordo que o Presidente da Câmara seja líder da oposição à Câmara anterior, acho que deve ser sobretudo um líder do projecto para um futuro, não concordo com a política de alianças locais... e citando *Curzio Malaparte* eu acho que quando as tropas saem não devem regressar aos quartéis a meio do golpe de Estado sob pena de o desastre daí resultante ser maior ainda. Mas isso não impede que até 4 de Outubro eu esteja perfeitamente coincidente com aquelas que são as opções da maioria na Câmara em relação a questões Nacionais”.

--- A Senhora Dra. Carla Marisa apresentou uma Moção sobre a Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa (**doc.06**).

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 39 votos a favor (PS, MAC, PSD, PCP e Presidentes de Freguesia), 01 voto contra (MAC) e 02 abstenções (MAC)**.

Foi feita Declaração de Voto:

- O Senhor Dr. João Bernardo: “O meu voto contra não é no sentido de recusar a Moção na sua essência, mas sim pelo aproveitamento político e partidário que, obviamente, se quer fazer do mesmo. A condenação de várias Instâncias Nacionais e supranacionais é a todos os níveis incompatível com a proposta que, no fim, se vem fazer. E, dessa razão de ser, concordando que a Câmara, aliás já deu nota disso e, inclusivamente já promoveu essa situação em termos do que é o acolhimento de eventuais refugiados que queiram vir para a Covilhã. Obviamente que não posso deixar de votar contra, atendendo às implicações político partidárias que a CDU quer tirar desta declaração”.

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro, em nome da Bancada do Partido Socialista: “O Partido Socialista votou favoravelmente esta Moção, porque está profundamente preocupado e indignado, também, com a situação que actualmente se vive na Europa, que é uma situação de catástrofe humanitária que a todos nos envergonha. E, aproveitando o voto favorável nesta Moção, apresentada pelo PCP na Assembleia Municipal da Covilhã, saudar a iniciativa do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã que, em devido tempo também deu nota, em sede de reunião do Executivo, da disponibilidade que o Município tinha e teria para se aliar às outras Instituições e acolher Refugiados no nosso Concelho. E, a esse propósito já foi feita uma reunião da Rede Social, felicitar o Município da Covilhã, na pessoa do Senhor Presidente, e todas as Instituições e IPSS que estão na Rede Social pelo trabalho que estão a desenvolver. Esperando nós que se consiga minimizar aquilo que é este

drama humanitário às portas da Europa”. -----

--- O Senhor Francisco Moreira fez uma Declaração Política apelando a todos os recenseados que, independentemente das suas escolhas, exerçam o seu direito de voto **(doc.07)**. -----

--- O Senhor Sílvio Dias (Peraboa) - referiu que apesar das críticas feitas, nos últimos tempos por alguns Membros da Assembleia de Freguesia ao Executivo, há grandes trabalhos realizados. Agradeceu à Câmara Municipal o esforço feito para a conclusão da obra da extensão de Saúde em Peraboa e pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para não se esquecer da Estrada Municipal. “É uma estrada muito importante, é uma estrada que envolve três Freguesias (Boidobra, Ferro e Peraboa) e é uma estrada que vem beneficiar três Freguesias do nosso Concelho”. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro fez uma Intervenção Política, felicitou o Executivo Municipal e todos os intervenientes na protecção civil pelo excelente trabalho realizado no combate aos incêndios ocorridos na Região. “Quer a Câmara Municipal, quer as Instituições, quer os órgãos de Protecção Civil do Município, quer os Bombeiros Voluntários da Covilhã e toda a estrutura da Protecção Civil Distrital e Nacional, estão de parabéns e merecem a nossa saudação nesta Assembleia Municipal.”

Felicitou, também, o Senhor Presidente pela assinatura do Pacto de Desenvolvimento Territorial que assinou, em nome da Comunidade Intermunicipal e dos quinze Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, com a Autoridade de Gestão e com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro.

“O Senhor conseguiu, em pouco mais de um ano, unir quinze Municípios que estavam desunidos em duas Comunidades. Conseguiu unir vontades, conseguiu unir esforços, conseguiu delinear uma estratégia, aprovar a estratégia de desenvolvimento integrado da nossa Comunidade e, simultaneamente, culminar com aquilo que é um plano de acção para executar essa estratégia. Plano de acção, esse, que envolve os quinze Municípios, com um valor total executado até 2020 num valor superior a 44 milhões de euros, superior em mais do dobro àquilo que era inicialmente previsto e que estava inicialmente em cima da mesa pela Tutela. E, Senhor Presidente, é de todo justo que esta Assembleia Municipal o saúde pelo trabalho que desenvolveu no âmbito da Comunidade Intermunicipal, mas também em nome da Comunidade dos Covilhanenses e em nome da Câmara Municipal da Covilhã.”

Por último disse: “ Sendo esta a Casa da Democracia queria fazer uma referência às Eleições de dia 04 de Outubro. Dia 04 de Outubro os Covilhanenses e todo o País vão ser chamados a pronunciar-se sobre aquilo que querem para o nosso futuro. E, é muito simples a decisão que têm que tomar - ou querem continuar com aquilo que temos, ou querem partir para uma alternativa de esperança.

Eu não vou fazer apelo ao voto, todos sabem qual é a minha opção, todos sabem qual é a opção, evidentemente e as propostas do Partido Socialista. Aquilo que eu peço aos Covilhanenses é em primeiro lugar que votem, independentemente do voto, seja em branco, seja em qualquer outro Partido votem! É uma obrigação para além do dever, do meu ponto de vista pessoal é uma obrigação. Mas depois que se lembrem, também, de votar por aqueles que ajudam a nossa Terra e que se lembrem daqueles que puxaram pela nossa Terra.

Ao longo destes quase 40 anos de democracia, quem é que tem investido no Interior? Quem é que tem investido na Covilhã? Quem é que são os Governos... qual é que é o Partido que de facto elege o Interior e o desenvolvimento Regional como uma prioridade? E, fazendo essa análise, não tenho dúvida que o voto será muito fácil e eu espero que no dia 04 de Outubro Portugal tenha uma viragem e que o Interior do País possa voltar a contar no todo Nacional". -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

---Para além da informação escrita, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu conhecimento do PEDU Covilhã - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Covilhã através de uma apresentação em *PowerPoint*. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael sugeriu que a documentação, referente ao PEDU e o Plano da Comunidade Intermunicipal, fosse enviada aos Eleitos da Assembleia Municipal.

Espera que estes Planos: "contribuam para que o Partido Socialista cumpra as promessas que fez à População em Campanha Eleitoral, promessas que foram, de certeza, um contributo para que o PS ganhasse as Eleições Autárquicas; sirvam para que a Câmara cumpra os Planos e Orçamentos que têm sido aprovados, na Câmara e na Assembleia Municipal".

Referiu que em Campanha, tal como já foi dito, visita-se o Concelho, ouvem-se os protestos e as reclamações das Populações e constata-se as difíceis condições de vida de muitas pessoas. "Aquilo que tenho visto, por todo o Concelho, deixa-me profundamente preocupado. A via rodoviária está em profunda degradação, praticamente por todo o Concelho, estradas e caminhos profundamente degradados. Em Cantar-Galo, visitei há dias a Freguesia, as Populações queixam-se e com razão, basta percorrer muitas das vias para constatar isso mesmo.

As desigualdades sociais são tremendas, andei há pouco tempo no Bairro Social das Nogueiras no Teixoso e posso-vos afiançar sem qualquer demagogia que é uma visita, do ponto de vista emocional, dura. Somos confrontados com problemas sociais gravíssimos, para os quais temos que ter resposta e, até agora, não se nota essa resposta. Admito que haja um esforço, mas até agora isso continua a não chegar ao terreno".

Perguntou: Relativamente aos 8 milhões e meio de euros, que a Câmara Municipal da Covilhã foi condenada a pagar à PARQ C, qual é o montante de juros diários que temos que pagar e qual é a perspectiva da Câmara para a resolução dessa grave situação para o Município e para a População?

Apresentou um Requerimento, à Mesa, a solicitar à Câmara todos os Protocolos de descentralização de competências celebrados com as Juntas de Freguesia e, também, todos os contractos programa e protocolos celebrados com Entidades e Associações Culturais Desportivas e Recreativas (incluindo os respectivos anexos, aditamentos e alterações). -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira pediu esclarecimento: “Eu compreendo que o Deputado do PCP não esteja habituado a ver contraditório no seu Partido, mas nós aqui na Assembleia Municipal temo-lo, não é? Eu gostava de perguntar ao Deputado Jorge Fael se efectivamente existe comunicação entre o Grupo Parlamentar do PCP e o seu Vereador Eleito na Câmara Municipal, uma vez que este último Requerimento, que é feito pelo Senhor Deputado, deixa-me na dúvida de isso existir, uma vez que todos os Protocolos, Protocolos de Apoio a Colectividades, Associações e Juntas de Freguesia são aprovados na Câmara e a documentação distribuída aos Vereadores ali presentes”.

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Relativamente ao pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Municipal José Miguel Oliveira, em primeiro lugar não vou responder à provocação do contraditório. Porque, sinceramente, acho que é perda de tempo esse tipo de provocação, faz parte dos anais do anticomunismo cavernícola, não merece qualquer tipo de resposta.

Relativamente à segunda questão - uma coisa é o trabalho do Vereador da CDU e do PCP, o acesso à informação, a disponibilização de informação que nem sempre é atempada, nem sempre é completa, pelo que temos conhecimento. Mas isso não obsta, pelo contrário, a que os Eleitos do PCP e da CDU, na Assembleia Municipal, requeiram a informação que considerem, absolutamente, indispensável para o trabalho de fiscalização da Assembleia Municipal e do seu Mandato na Assembleia Municipal. Em segundo lugar, tal como o Vereador da CDU tem colocado nas reuniões de Câmara e os Eleitos na Assembleia Municipal, a questão é dos critérios. Nós queremos aferir quais são os critérios, porque continuamos sem regulamento de apoio ao Associativismo, continuamos sem uma serie de regulamentos que, na nossa perspectiva, são indispensáveis para conferir transparência à gestão Municipal. E, portanto, queremos perceber quais são os critérios. Aliás, esta informação deveria estar disponível no sítio da Câmara, todos os protocolos celebrados, porque nós queremos também aferir, e essa informação não vai à Câmara, o controlo de execução. Nós queremos saber se o protocolo de descentralização de competências celebrado, com a Junta de Freguesia X, está a ser ou não cumprido, qual é a taxa de execução. Não sei se ficou esclarecido, Senhor Deputado, mas é tão simples quanto isto”. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Eu, dentro das minhas limitações, vou lendo as 20 páginas de Informação Escrita e, curiosamente, continua sem cumprir aquilo que a Lei lhe obriga, continua a não incluir pontos que, supostamente, vem aqui falar.

Acho que, em nome do respeito pela Assembleia Municipal, de uma vez por todas (e reiterando a recomendação que já fiz ao Presidente da Mesa para transmitir ao Senhor Presidente da Câmara, pelos vistos não deve lá chegar) o Senhor Presidente que cumpra o que diz respeito à questão da Informação Escrita, que é para nós nos podermos pronunciar.

Os factos relevantes, neste intervalo desde a última Assembleia, estão ali elencados uma série deles e existem factos políticos que nem sequer lá vêm. Existem alterações no Executivo que nem sequer lá vêm informadas. Era importante que o Senhor Presidente se pronunciasse sobre elas. Viesses dizer

que alterações é que houve no Executivo, que alterações nos Pelouros, na estrutura do Executivo, dos poderes que são dados aos Vereadores, porque acho que é importante esta Assembleia saber delas por boca do Senhor Presidente e saber por que razão é que aconteceram.

Permita-me só um aparte, depois de ouvir o Senhor Membro desta Assembleia, José Miguel Oliveira, na interpolação que fez ao meu Colega Jorge Fael, permito-me perguntar-lhe se a intervenção que aqui fez foi enquanto membro do Gabinete da Presidência ou enquanto Deputado Municipal? Porque, de facto, eu compreendo que o Senhor Membro tenha acesso a muita informação que os outros não têm, mas isso é um problema que o Senhor deve ter que responder e que deve responder perante si próprio e perante esta Assembleia.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “em defesa da consideração da Bancada, dizer ao Senhor Deputado João Bernardo que os votos que o elegeram a ele, a legitimidade que ele tem para estar nesta Assembleia é exactamente idêntica a todos aqueles que aqui estão sentados, sendo Deputados Municipais ou sendo Presidente de Junta. E, portanto Senhor Deputado, não lhe fica bem colocar em causa ou atirar lama para cima das outras pessoas, achando que é moralmente superior aos outros, ou que tem uma legitimidade superior aos outros Membros desta Assembleia, porque não tem. Os votos que elegeram o Senhor Deputado têm a mesma validade dos votos que me elegeram a mim, que elegeram a Bancada do Partido Socialista, que elegeram os Senhores Presidentes de Junta e que elegeram todos os Senhores Deputados Municipais. E, portanto Senhor Deputado, não lhe fica bem esta tentativa de superioridade moral, que não tem”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa chamou a atenção dos Senhores Deputados, dizendo que estão na Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara e que estão a sair do tema. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “é uma interpelação à Mesa, porque eu não sei o que é uma defesa da consideração da Bancada, não existe nem regulamentarmente nem legalmente, não existe honra colectiva, existem honras pessoais. Agora, aquilo que eu levantei sobre a questão, é uma questão objectiva e foi uma pergunta objectiva. Agora, se os Senhores se sentem ofendidos e se acham que são mais que os outros, ou menos que os outros, é um problema que é deles”. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “é para relembrar aquilo que o Senhor Presidente já disse. É que, o Senhor Presidente, já informou a Assembleia de que existe um parecer da CCCR, quanto a compatibilidade do exercício de funções de Deputado Municipal e Membro do Gabinete de Apoio. E, portanto Senhor Deputado, o Senhor está a querer baralhar a discussão e isso não é bonito. Isso não é bonito. O Senhor vem a esta Assembleia colocar em causa a honorabilidade e a legitimidade das pessoas que se sentam nesta Bancada e eu não lhe admito isso”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Senhor Presidente da Câmara foi com alguma atenção que fiz a leitura da Informação Escrita. Porque é disso que estamos a tratar. É da informação escrita! Estamos a fazer a apreciação da actividade Municipal!

E, também não entendo intervenções anteriores. Não sei se foi no papel de Deputado, ou se foi no papel de Chefe de Gabinete que fez a intervenção!?E, penso eu que, não o deveria ter feito.

Foi com, enfim, a bondade do Senhor Presidente da Assembleia, só é possível com a bondade do Senhor Presidente da Assembleia, porque não tem nem deve, de acordo com o Regimento, questionar o meu Camarada Fael quando faz uma intervenção a fazer uma apreciação da informação Escrita. Mas os papéis muitas vezes confundem-se e, enfim, confundiu um pouco o seu papel de Chefe de Gabinete com o papel de Deputado Municipal.

As questões que eu queria colocar é sobre a informação, que tive oportunidade de ler e aquilo é um pouco do expediente do desenvolvimento da actividade da Câmara. As Delegações de competências na área da Educação (que já aqui houve uma intervenção em que a Câmara Municipal foi elogiada pela sua intervenção na área da Educação), mas faço-lhe a pergunta: esqueceu-se novamente dos livros e do material escolar, Senhor Presidente da Câmara, para os alunos do 1.º Ciclo? É que a questão das refeições decorre da Lei e decorre dos acordos que tem com o Ministério da Educação. A questão dos Jardins de Infância, a questão da componente de apoio à família, também, decorre dos Protocolos que a Câmara tem com o Ministério da Educação. Mas a Câmara não cumpre com o seu dever, com a sua obrigação, com as suas competências quanto ao material escolar e quanto aos livros no 1.º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente para as crianças e para as famílias situadas no 1.º Escalão e no 2.º Escalão do Abono de Família.

Muitos autos de recepção de obras, alguns regulamentos Municipais, enfim...

Quanto a essa questão das incompatibilidades, pela leitura que fiz dos pareceres, o parecer da CCDR não é conclusivo. Não é conclusivo no que toca aos Eleitos, nesta Assembleia Municipal, que fazem parte dos Órgãos das Empresas Municipais, não é conclusivo. Eles não concluem! Eles aquilo que dizem é que irá ser sujeito a análise em reunião de Coordenação. É aquilo que eles dizem! Ou seja, pode acontecer, no final dessa reunião de coordenação, que eles cheguem à conclusão que existe, de facto, incompatibilidade. Portanto, é uma situação que está em suspenso.

Esta situação de existirem Eleitos a trabalhar no Gabinete da Câmara Municipal (existem Eleitos, nesta Assembleia Municipal, que têm uma relação hierárquica com a Câmara Municipal) traduz-se em quê? Traduz-se nos elogios, no endeusamento, que hoje teve esta característica. Não sei se repararam? Não é o Executivo Municipal que merece os elogios, é o Senhor Presidente da Câmara! Dá a impressão que se resolveu qualquer problema de liderança na Câmara Municipal e eu alerta - eu já ouvi isto em Mandatos anteriores, não é? Em que o endeusamento foi feito, os elogios foram feitos e neste momento sabemos qual foi o percurso das forças políticas e dos seus protagonistas. Portanto, eu penso que é de alertar para este tipo de situações.

A outra questão tem a ver com o lançamento de obras, não se vê, não há decisões do Executivo. Falou-se aqui das vias, não há uma decisão, não há um plano de execução de desenvolvimento, beneficiação, de conservação de vias ou de equipamentos. Pronto, hoje foi apresentado aqui uma candidatura, vamos esperar que ela tenha um bom percurso e que seja bem concretizada.

Desenvolvimento de actividades recreativas a implementar na época de Verão - está na informação, e a Câmara informou, que algumas Juntas de Freguesia e Associações foram contempladas e foram ajudadas no desenvolvimento destas actividades. Mas não li, com muita pena, qual foi o apoio dado ao Festival das Papas da Boidobra; ao Festival da Truta no Paul; ao Festival do Brulhão em Vales do Rio; ao Festival da Fraga Dura em Casegas; ao Festival da Chanfana no Barco; à Festa e Homenagem ao Farrapeiro no Dominguiso. A Câmara ajudou com quê? Ajudou só com a logística? Possivelmente as Entidades não pediram apoio. Se não pediram apoio é porque, eventualmente, não necessitam, mas se pediram apoio por que é que a Câmara não ajudou? Não apoiou em termos financeiros?

Não será este um bom exemplo da necessidade de uma acção articulada, coordenada, entre a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Associações, no desenvolvimento de actividades que mobilizam centenas de pessoas na organização e movimentam milhares de pessoas dinamizando, também por esta via, a economia local?

Aqui temos um exemplo, se houver articulação, se houver coordenação, se todos forem apoiados de forma equitativa e de forma transparente, penso que é possível o Concelho da Covilhã, aproveitando um pouco esta dinâmica, ter um programa a este nível de festividades. Digamos assim, de valorização de vários produtos locais, enfim endógenos, que será importante.

Portanto, ou seja, a Câmara Municipal valoriza estas actividades do Concelho, contudo valoriza e ajuda mais umas do que outras, é o que me parece.

E, daí a questão e a pergunta, por que razão Senhor Presidente? A organização daqueles eventos, em alguns casos, tiveram honra de divulgação específica, via SMS, eu recebi. Outras nem tanto, porquê? Tem que haver, aqui, alguma coordenação e tem que haver igualdade de tratamento.

Os eventos são importantes, é necessário apoiar as organizações desses eventos. Eu penso que se justifica, por parte da Câmara, uma reunião para se coordenar, até, a calendarização. Tivemos, no nosso Concelho, um fim-de-semana em que tivemos dois/três eventos em simultâneo. Não é possível coordenar a realização desses eventos?

Só a Câmara, sendo a Entidade que pode articular e pode coordenar, o pode fazer!" -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira referiu que foi visado na intervenção do Senhor Deputado e gostava de intervir relativamente a esse respeito. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia: "desculpem lá, ou nos centramos no ponto da Ordem de Trabalhos ou esta Assembleia, hoje, não tem fim. Isto são perguntas que estão a ser postas ao Senhor Presidente da Câmara." -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: "eu peço imensa desculpa, não tenho a sua interpretação, respeito-a, como é óbvio, mas a primeira intervenção do Senhor Deputado não foram questões ao Senhor Presidente da Câmara! Dirigiu-se especificamente a mim e à intervenção que eu tive ao abrigo do Regimento. Porque, eu interpelei o Deputado Jorge Fael, não nas questões que estavam a ser colocadas ao Senhor Presidente da Câmara mas, no requerimento que ele colocou a esta Assembleia e o requerimento pode ser alvo de discussão. Agora, eu não posso é admitir que uma interpelação feita ao abrigo do Regimento, num requerimento colocado por um Deputado, seja visto pelo Senhor Deputado Vítor Reis Silva como uma defesa, ou o que quer que seja, ou uma leitura escamoteada da minha presença aqui nesta Assembleia. À imagem do que aconteceu com o Deputado João Bernardo, também o Deputado Vítor Reis Silva vem atrás de politiquices e de *fait divers*, que efectivamente não existem". -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia: "Senhores Deputados, eu agradeço que voltemos à Ordem de Trabalhos, porque estamos a divergir completamente. E, não faz qualquer sentido o que se está a passar hoje nesta Assembleia. Eu peço perdão". -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “Nós analisamos a informação do Senhor Presidente da Câmara com muita atenção. E, na verdade, aquilo que verificamos é que, do ponto de vista financeiro, a Câmara está com grandes dificuldades em conseguir gerar receita para assumir os seus compromissos, compromissos que vêm do passado. E, obviamente, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação.

Nós comparamos sempre com um período anterior, no caso a Abril, e há aqui um agravamento de 1 milhão e 800 mil euros neste período. Em cima disto se colocarmos (já é publico que já foi aprovado na Câmara) mais um milhão e meio de euros de empréstimos para fazer face a encargos que vêm de questões do passado, como sejam indemnizações que caíram agora e há que assumir esses compromissos. E, ao que parece, também para fazer face à devolução do célebre dinheiro dos 700 mil euros do PRODER, gastos sabe-se lá em quê, obviamente que temos que mostrar aqui a nossa preocupação. E, porque na verdade constatamos que não há uma capacidade da Câmara em gerar receita.

Eu penso que isto deve merecer uma análise de todos, independentemente dos Partidos que representamos, face a esta incapacidade que o Concelho, neste momento, tem de gerar receita para pagar aquilo que fez.

Embora não faça parte da informação do Senhor Presidente da Câmara, mas creio que é um tema muito quente e que todos estamos ávidos de alguma informação, seria muito útil se o Senhor Presidente da Câmara conseguisse levantar um bocadinho da ponta do véu relativamente ao processo silo-auto, porque sabemos que é uma situação dramática. A Câmara a não encontrar uma solução, do ponto de vista de financiamento, que viabilize a exploração do silo-auto pela Câmara, será, eu diria, uma catástrofe e é preciso percebermos o que é que vai acontecer”.

--- O Senhor Pedro Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) – pediu ao Senhor Dr. Jorge Fael para o informar de qual a Rua e qual a degradação que notou, em Cantar Galo.

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais – “Senhor Presidente da Câmara, eu li como muita atenção a sua exposição e nela não encontro qualquer informação relativa aos problemas graves que têm acontecido na Câmara Municipal. Nomeadamente com o seu Vice-Presidente, o qual foi destituído, e que o Senhor acusa, na Imprensa Local, de ter efectuado uma tentativa de golpe de estado nomeando, sem apoio legal, o seu Gabinete de Apoio com a tentativa de criar um Executivo dentro deste Executivo. Isto são afirmações e acontecimentos demasiadamente graves para que o Senhor não nos explique, aqui ao Órgão fiscalizador da acção da Câmara Municipal, o que é que se está a passar. Eu gostava que o Senhor me explicasse realmente o que é isto, o que aconteceu? O que é que se está a passar na nossa Câmara Municipal?”

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas:

- PARQ C – Este *dossier* tem a ver com o incumprimento deliberado grosseiro, como consta da decisão arbitral, por parte do Líder do anterior Executivo. Isto é clarinho como água!

Quando nós chegámos à governação camarária, em 20 de Outubro de 2013, este processo encontrava-se em fase de julgamento. Não obstante as inúmeras reuniões, com a parte contrária nesse processo, esgotaram-se as possibilidades da resolução consensual do problema.

Havia uma solução, proposta pelo anterior Executivo, que foi chumbada pela maioria dos Vereadores, na qual eu me incluí, porque todos nós considerávamos que não era uma boa solução. Era uma solução, mas não era uma boa solução: atirava com a dívida muito para a frente, mais uma vez a onerar as gerações vindouras; era excessivamente onerosa e não nos conferia a plena propriedade do PARQ C, que é uma questão que não é de somenos importância.

A decisão judicial foi fixada em 8,8 milhões de euros e quando entrou em fase de execução, com os juros contabilizados até à data em que fizemos um acordo, já ia praticamente nos 9 milhões de euros. Conseguimos, porque havia aqui um interesse convergente (a PARQ C pretende receber o dinheiro o mais rapidamente possível para prosseguir os seus fins – é uma Empresa Privada tem por destino o lucro; e nós, porque somos uma Entidade Pública que pretende e prossegue o interesse público, queríamos pagar o menos possível, o mais rapidamente possível, sem que isso redundasse em desfavor do Município), que ficasse reduzida ao montante de 8,5 milhões de euros e é esse o montante que nos obrigámos a pagar até ao dia 1 de Setembro do corrente mês. Entretanto as soluções infelizmente não são, muitas vezes, tão fáceis quanto nós pretendemos não obstante o empenho e a dedicação à solução do problema.

Como sabem, o País no mês de Agosto vai a banhos e como vai a banhos é sempre difícil resolver questões desta magnitude e desta importância, estou a falar de 8,5 milhões de euros, carecem de ser caucionados, serem confirmados. No fundo, de terem o aval dos Conselhos de Administração dos Bancos. E porque alguns Bancos, mercê do facto de estarmos em férias, não receberam a informação pertinente relativamente ao concurso que abrimos, ficou deserto o concurso para efeito de financiamento para a Câmara Municipal. Isso significou, na prática, que tivemos que desenvolver mais esforços, estamos a desenvolver mais esforços em várias frentes. Há a possibilidade da constituição de dois consórcios bancários no sentido de nos financiarem. Há, também, a possibilidade de um Banco, a solo, assumir a concessão deste financiamento. E, portanto, temos essas possibilidades em cima da mesa.

Temos esperança de resolver o problema o mais rapidamente possível, porque não temos vontade nenhuma de estar a consumir as vantagens, entretanto, obtidas por via negocial. E isto é o que posso dizer. Não me perguntem quais são as Instituições Bancárias, porque elas concorrem entre si. E, para lançar um novo concurso, vamos formatá-lo à melhor oferta, que individualmente vamos auscultando no mercado, se tivermos um Banco que nos dá um pouco mais de prazo e uma taxa mais reduzida vamos ajustá-la nessa medida. Espero ter sido claro, relativamente a esta matéria. Estou, contudo, disponível para algum esclarecimento que queiram colocar.

- Não há para nós Associações de primeira, de segunda ou de terceira, como não há Juntas de terceira, segunda ou de primeira, como não Cidadãos de primeira, segunda ou terceira, para nós são todos iguais, não há discriminações. O que há são calendários e quando é oportuno e quando há disponibilidade financeira atribuímos a outras Associações e a outras Juntas de Freguesia, sem qualquer discriminação, mas sempre em nome do princípio da proporcionalidade. Portanto, nessa matéria, devo dizer-lhe que estou de consciência tranquila.

Solicitei ao Senhor Vereador do Associativismo, Senhor Dr. Jorge Torrão, que contactasse todas as Associações e as Juntas de Freguesia, no sentido de auscultar a verdadeira intenção de calendarizar actividades ao longo do ano, para evitar que aconteçam sobreposições ou duplicações de eventos.

- O Pacto Territorial da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela está publicado, mas tenho todo o gosto em o fazer chegar individualmente a todos os Senhores e Senhoras Deputados Municipais.

Disse, e bem, que presunção e água benta cada um toma a que quer.

Não pauto a minha vida pessoal, nem política, pela jactância, nem por me pavonear, mas renunciar àquilo que se faz e que se acha que se faz bem feito seria, da minha parte, uma idiotice.

A verdade é que este foi um pacto muito difícil, resultou de um problema que é uma novidade, o facto da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela ter resultado de uma fusão. Foi a única, do País, que resultou de uma fusão e com Municípios que, aparentemente, nada tinham a ver uns com os outros. E tendo em conta que os Senhores Presidentes de Câmara, que compõe o Conselho Intermunicipal, na sua esmagadora maioria, são titulares do cargo pela primeira vez. Tudo isto conjugado não foi nada fácil, acreditem, implementar esta nova Comunidade, para ter uma noção, ela nem número de contribuinte tinha. Até por ai o legislador tratou de forma tão canhestra, tão desajeitada, esta situação que ao criar esta nova Comunidade nem pensou na questão fiscal. E não pensou numa questão muito importante, é que estavam a correr concursos - o equipamento individual dos Bombeiros já estavam a correr na então Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela e na COMURBEIRAS, cada uma tinha o seu concurso. A COMURBEIRAS já estava numa fase final desse concurso e a outra quase nessa fase, tivemos que voltar à estaca zero. Vamos ser demandados em Tribunal, mas fiquem sabendo que, porque eu prevejo que assim será, vamos chamar o Estado Português, porque quem faz as Leis tem que prever estas situações. Não é dizerem-nos juntem-se lá, casem-se lá à força, e os concursos que ai estavam a decorrer são anulados, lancem novo concurso, masquem tinha legitimas expectativas, as Empresas que tinham os concursos já na calha, terem que voltar atrás e terem que pedir, o seu justo direito, para serem ressarcidos das expectativas que tinham em ver chegados ao fim os contractos que tinham ganho. Isto para verem o absurdo a que se chegou.

E, verdade seja dita, negociar na CCDR estes valores foi uma coisa absolutamente diabólica, começámos em 22 milhões e terminámos com 44,6, não estando contente, nem satisfeito com o desiderato. Fica aquém daquilo que nós queríamos e pretendíamos. Pretendíamos muito mais, esta verba não serve para resolver os problemas da Região. E, acentuo o problema de infra-estruturas básicas fundamentais, que ainda não estão feitas e que é necessário levá-las a efeito, estou a falar das vias de comunicação, que eu chamo vias da solidariedade. E, no nosso Concelho as rodovias têm alguma degradação, fazemos esforço para as reparar sobretudo nos sítios onde elas apresentam maiores dificuldades, mas a verdade é que não há dinheiros comunitários para vias de comunicação. E, estando nós, como já aqui foi referido, com uma situação financeira que não é folgada, onde temos que pagar estas dívidas e outras que hão-de vir e que todos os dias caem, a verdade é que nós temos essa dificuldade. Isto para dizer que este pacto territorial, que assinei há poucos dias com o Governo da República, serve alguns propósitos e é virtuoso em muitos propósitos. No que diz respeito à educação em 44,6 milhões de euros, 21,3 (se não estou em erro) são para a educação, são para requalificação de infra-estruturas escolares, são para combate ao abandono precoce e ao insucesso escolar e fizemos todo o esforço dando prioridade à Educação, porque os nossos Concidadãos serão tanto mais qualificados e tanto mais poderão contribuir para o nosso futuro quanto mais habilitados, quanto mais sabedores, quanto mais cultos, quanto mais informados estiverem.

- Tribunal de Trabalho – Não impute responsabilidade a quem a não tem! É que há quem encha a boca com a palavra Covilhã, com a minha querida Covilhã, a minha querida Cidade, Cidade do meu coração, mas depois quando é preciso demonstrá-lo olham é para o seu umbigo, que vem do dito sítio até à boca e não tratam de cuidar dos interesses da Covilhã. E eu acuso aqui, acuso aqui, o Senhor Presidente da RUDE de se algo acontecer de mal a alguém no Tribunal de Trabalho da Covilhã, onde os Senhores Magistrados, os Senhores Funcionários, os Senhores Utentes da Justiça, os nossos Concidadão, se lá cair uma telha em cima de alguém, se lá houver um acidente, é a ele que lhe imputo, obviamente que não é responsabilidade criminal, não é responsabilidade civil, mas é uma responsabilidade de natureza ética moral e política. Porque o Senhor Presidente, quando era Presidente de Câmara, celebrou consigo próprio, chamemos-lhe assim, um contrato – que é atribuir à RUDE um empréstimo, por vinte anos e com uma cláusula clarinha como a água, diz lá mais ou menos isto: quaisquer obras que sejam realizadas no sítio emprestado, ou no sítio comodatado, revertem a favor do Município. Ou seja, todas as obras que lá forem feitas, ou que lá foram realizadas revertem sem qualquer direito a indemnização, sublinho, sem qualquer direito a indemnização. Portanto, têm que entregar quando lhe for solicitado.

Foi deliberado, se não estou em erro por unanimidade, na Câmara Municipal em Dezembro de 2014 (pois é que é preciso estar atento, eu chamo sempre a atenção, isto vir para aqui e mandar uns bitaites é sempre muito fácil o problema é fazer o trabalho de casa, é preciso estudar, é preciso ler e é preciso queimar as tais meninges), houve uma deliberação no sentido de mandar notificar o Senhor Presidente da RUDE para proceder à entrega até 31 de Dezembro de 2014 das instalações, ao Município, para que lá fosse instalado o Tribunal de Trabalho. E, aliás, isto não é conversa da treta, porque eu e o Senhor Presidente da Comarca do Distrito de Castelo Branco estivemos reunidos com o Senhor Secretário de Estado da Justiça e com toda a equipa que o acompanha onde ficou acordado que o Tribunal de Trabalho ia lá para baixo e portanto isto não é conversa da treta e aliás o Senhor Presidente da Comarca já o disse e, aliás, ele é testemunha no processo que já foi intentado, já agora aproveito para dar informação acerca do processo. Isto para dizer que quem é amigo da Covilhã, quem enche a boca com a Covilhã é nestas horas que tem uma oportunidade soberana de o demonstrar. Que é: não, eu fiz (agora não quero aqui fazer juízos de valores se bem ou mal intencionado) este contrato de comodato comigo mesmo na dupla condição de presidente de uma e de outra Instituição e chegada a hora em que a Covilhã precisa de um Tribunal de Trabalho condigno e que corre o risco de ir para outro sítio... (essa responsabilidade política também lhe vou assacar, também lhe imputo. É política, é ética, é moral também). A verdade é que quando chega a hora de o demonstrar... não, não! Recebi uma resposta seca que diz assim: “não há razões fácticas, nem jurídicas que nos levem a proceder à entrega deste imóvel”. Foi esta resposta simpática, justificada, bem fundamentada que recebi numa carta, aquela que em nome dos Senhores Vereadores da Câmara Municipal da Covilhã enderecei ao Senhor Presidente da RUDE. E, portanto, isto diz bem da forma triste como esta matéria está a ser tratada por quem enche o nome, todos os dias, com a Covilhã e a Covilhã no coração e acima de tudo está a Covilhã. Não está nada! Estão os interesses, os interesses associativos, neste caso, e não outros que sejam os legítimos interesses dos Covilhanenses. E, portanto, para dizer que não se tendo conseguido um acordo a tempo e horas, que era fácil, era entregar, tivemos que intentar uma providência cautelar que está a seguir os seus trâmites, onde a 1.ª testemunha é exactamente o Senhor Presidente do Tribunal da Comarca da Covilhã entre outras, técnicos do Município que estiveram reunidos com técnicos do Ministério da Justiça com as plantas

para se fazerem pequenas obras de ajustamento e portanto Senhoras e Senhores Deputados queria-lhes dar nota dessa mesma questão.

- Congratular-me pelo facto do Senhor Reitor ter sido firme, inabalável, determinado na defesa intransigente da Universidade da Beira Interior, ao não ceder naquela que era uma tentativa inexplicável de diferenciar, de discriminar negativamente a Universidade da Beira Interior. Sendo que era atribuído um milhão e meio de euros à UTAD, outro milhão e meio de euros à Universidade de Évora e nós ficávamos, passo a expressão, a ver Braga por um canudo, como se costuma dizer. Portanto, muito bem andou o Senhor Reitor a não ter cedido, ter recusado assinar aquele contrato e enfim... todos nós, tendo cada um, à sua medida e à sua escala, contribuímos para que a solução fosse a melhor (não vou evocar aqui as conversas que tive com o Senhor Secretário de Estado, nem com o Senhor Ministro, nem com a Senhora Presidente da CCDR, como digo eu tenho um princípio que é aquilo que se conversa em privado não se evoca em público). A verdade é que conseguimos, todos em conjunto, uma boa solução e a semana passada conseguiu-se chegar a um acordo em que a nossa Universidade foi tratada com dignidade e em pé de igualdade com as outras duas Universidades, neste domínio.

- O nosso serviço Nacional de Saúde está a sofrer um ataque sem precedentes, em Portugal. Está a ser desmantelado, está a ser vítima de um ataque desenfreado e todos nós temos que contribuir para travar esse processo. Há muitas formas de o fazer, mas a verdade é que não podemos permitir que aquela que foi, a par da liberdade, a maior conquista do 25 de Abril (segundo um estudo de opinião recente, é reconhecido pelos Portugueses como a reforma mais querida pelos nossos Concidadãos), esteja a ser alvo de desmantelamento. E, é fácil de ver-se no que diz respeito ao nosso Interior, não há incentivos à fixação de médicos; faltam médicos onde eles mais necessários são; não abrem vagas para aqueles alunos que terminam o curso, aqui no nosso caso, na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior; há um sub-funcionamento do nosso Centro Hospitalar da Cova da Beira; há falta de articulação e de trabalho em rede, entre o nosso Hospital e as Unidades Locais de Saúde da Guarda e de Castelo Branco; há uma panóplia de situações que desembocam sobretudo em questões tão importantes quanto a do Serviço Nacional de Saúde, tem que ser exemplar e ele tem-no sido a nível mundial. Aumentou a lista de esperas e ela tem que ser encurtada e aumentou a taxa moderadora e ela tem que ser abatida. Isto para dizer que temos todos que rumar no mesmo sentido, temos todos de estar de mãos dadas neste combate que é um combate de todos, não tem a ver com uma força partidária, tem a ver com todos nós. E, portanto, isto não é apanágio de ninguém. É uma luta que tem a ver com a dignidade, a verdadeira dignidade dos Portugueses. Porque o Serviço Nacional de Saúde existe para servir com prontidão, com eficácia e com dignidade os nossos Concidadãos. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “Oh Senhor Presidente da Câmara, eu gostava que o Senhor me explicasse se tem conhecimento, ou não, de que o Presidente da Associação de Desenvolvimento Rural – RUDE disponibilizou desde a primeira hora, na pessoa do Senhor Vereador Jorge Torrão, as instalações para ali ser instalado o Tribunal em causa?

A questão que se põe, e pergunto-lhe se conhece ou não, tem a ver com o facto de a Associação ter gasto verbas para ali estar vinte anos e ao fim de dois anos está disponível para entregar e, portanto, pretende ser ressarcida dentro desse valor que ali gastou. Eu pergunto-lhe se o Senhor tem ou não tem conhecimento, desta situação?

Eu só queria esclarecer que estou aqui, também, a falar na qualidade de Membro da Direcção dessa Associação.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal – Esta pergunta diz bem da bondade... eu fico em estado de choque com uma intervenção destas. Isto diz bem, diz bem, diz bem da verticalidade com que nós tratamos estas questões.

Então olhem lá, Senhoras e Senhores Deputados, só vos faço este apelo - eu empresto o meu automóvel a um de Vossas Excelências, empresto, por dois ou três anos, mas quando empresto escrevo um papel e digo lá assim: olhem que se mandarem fazer uma reparação no turbo, se colocarem aí uns apetrechos especiais no meu veículo, se quiserem forrar a cabedal os assentos do meu carro, atenção, se o fizerem eu não me obrigo a pagar-lhe esses benefícios. Seja por um ano, seja por vinte, seja por mil.

Portanto, se ficou escrito e aqui diz bem do que são homens de palavra, aqui é que se vê quem é que são os homens de palavra. Porque quem assina um documento, assina um documento que diz assim: eu vou utilizar este edifício por vinte anos, porque tenho a expectativa... porque isto é um pouco... é o tal problema do umbigo. Se calhar pensa estar aqui mais vinte anos à frente da Câmara Municipal e, portanto, confundia-se uma coisa com a outra. Enquanto está num lado, estava num e noutro lado, isto ia andando. Isto é uma coisa absolutamente incrível, inimaginável, inexplicável, a não ser por um egoísmo que, põe em causa os interesses da Covilhã, põe em causa os interesses da Covilhã!

Ora, se assina um contrato que diz: obrigo-me a não receber nenhuma indemnização se cá fizer obras. E, quando chega a hora de lhe pedirem aquilo que lhe emprestaram, não o querem pagar... o que é que isto é? Isto é faltar à palavra. É faltar à palavra! Desculpem lá, não encontro melhor explicação do que isso. É não honrar a palavra! -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara: “a minha intervenção foi no sentido de apelar à responsabilidade e à coerência sobre esta matéria. Aquilo que eu lhe pedi foi e, se calhar, se tivesse feito o seu trabalho, agora digo-lhe eu, informando previamente esta Assembleia das acções que estão a correr e das diligências que tem feito nesta matéria, se calhar a pergunta até seria desnecessária. Mas aí peço-lhe, também, para cumprir o seu dever nessa matéria e gostava e requeiro especificadamente que nos informe sobre as acções que então a correr e quando é que foram intentadas, para reaver este edifício?” -----

--- O Dr. Jorge Fael: “Oh Senhor Presidente da Câmara todos nós já ouvimos falar nos lesados do BES. Na Covilhã parece que existem os lesados da PARQ C. Não vou propor nenhuma subscrição pública para arranjar os 8 milhões e meio de euros!

Mas aquilo que ouvi, do Senhor Presidente, deixa-me profundamente preocupado, porque estamos na mão da banca, estamos na mão da apresentação de propostas dos Bancos e isso é ainda mais preocupante, porque podemos antever uma situação em que o Banco apresenta condições leoninas e é pegar ou lagar, sabendo o Banco que o Município está numa situação muito difícil e paga mais de 2 mil e 300 euros de juros por dia.

O que lhe pergunto é até quando é que vamos ficar à espera, tendo em conta ainda que esse empréstimo ainda vai ter que ser aprovado na Assembleia Municipal?

Esta é uma questão muito séria e não tenho a mínima duvida que o Executivo está preocupado, mas enfim não há solução à vista e todos os dias o Município paga uma enormidade de juros. E isto Senhor Presidente vai-me perdoar que lhe diga, mas a PARQ C acho que nos passou mais uma vez a perna. Porque sabia que aquele prazo, 1 de Setembro, era incumprível e portanto os 300 mil euros do desconto a pronto pagamento... a PARQ C diz assim: bem, deixa-os lá que eles vão todos contentes com os 300 mil euros, mas não vão conseguir o empréstimo na Banca e portanto isto mais dia, menos dia, aqui o contador das moedas (parquímetros) começa a funcionar. A responsabilidade não é exclusivamente sua, como é óbvio, mas é agora o Senhor Presidente que está na Câmara e é o Senhor Presidente que vai ter que resolver o problema.

E, aquilo que eu lhe pergunto é se tem pelo menos um prazo, um plano de ataque? Porque eu não vejo, não sinto essa preocupação, nem essa responsabilidade de resolver este assunto o mais rapidamente possível e pode crer que eu não gosto de óleo de fígado de bacalhau, mas gosto menos ainda da PARQ C e da BRAGAPARQUES e daquela gatinha toda que fez os negócios que todos nós sabemos que fez, neste País, e como os fez e também aqui na Covilhã”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal – sem dramatizar, uma coisa é a preocupação outra coisa é o drama e sem alarmismos, temos várias soluções à vista e andamos à procura da melhor. Em nome da honestidade intelectual e política não lhe posso responder quanto tempo é que isto leva a resolver. Sendo certo que não estou à espera de consumir, não os 300 mil euros mas, os quase 500 mil euros que beneficiámos com a transacção. Como disse, era preciso decorrerem muitos meses e tenho fundadas expectativas de o resolver tão breve quanto possível. Sendo que até lá estamos à procura das melhores soluções. Estamos a trabalhar em várias frentes, várias pessoas, várias Instituições e é nessa senda que estamos a percorrer o caminho.

Relativamente ao Senhor Deputado João Bernardo, deve haver um problema de falta de comunicação entre V. Exa e o Líder da Bancada do MAC na Câmara, porque eu já falei esta questão na Câmara, disse quais eram as providências, quando é que as providências foram intentadas e pedi já os bons ofícios de todos os Senhores Vereadores. E, também, peço os bons ofícios dos Senhores Deputados Municipais do MAC para que incutam bom senso e uma injeção de amor à Covilhã em quem pode, efectivamente, ajudar a resolver este problema com rapidez e com facilidade a benefício de todos nós. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva perguntou: “quem é que hoje gere o silo? As receitas são de quem? E, também, o estacionamento à superfície?

A questão que eu lhe coloquei, que o Senhor Presidente não me deu resposta, engloba centenas de crianças de famílias carenciadas, é a questão do material escolar, dos livros e do material escolar. É uma responsabilidade legal da Câmara, não é uma questão de somenos importância. E, a Câmara já há mais de 10 anos que anda a fugir a esse tipo de pagamento e quem são prejudicadas são as crianças, são as famílias e estamos a falar em tempos de crise, estamos a falar em tempos que as pessoas necessitam de ajuda.

A Câmara tem ajudado e tem informado a ajuda que é dada às famílias, através da Conferência Vicentina, mas aqui é um dever da Câmara a questão é esta! É uma obrigação legal da Câmara!

É uma questão que eu coloco com frequência porque acho que é duma injustiça tamanha o que a Câmara Municipal fez, o anterior Executivo e o actual ainda não resolveu.

Eu penso que é urgente, o início do ano lectivo iniciou-se, o valor dos manuais é aquilo que é e, temos notícia desses valores, as Juntas de Freguesia dentro do seu esforço têm dado alguma ajuda, mas têm-se substituído à Câmara Municipal, a verdade é esta. E, nem todas as Juntas de Freguesia têm a disponibilidade financeira para dar essa ajuda substituindo-se à Câmara Municipal.

Portanto, eu penso que a Câmara, o Sector da Educação deveria tomar este assunto como ponto de honra e resolver este problema, não sei se o problema é só de vontade política, se é de vontade económica ou de disponibilidade económica, mas é um dever! A Câmara Municipal não pode andar a atribuir subsídios, por exemplo, por mais relevantes que sejam as actividades e deixar de cumprir com as suas obrigações legais. Penso que isso é um princípio básico, primeiro cumprem-se as obrigações legais e depois de acordo com as disponibilidades dão-se os apoios, aos quais a Câmara não é obrigada, mas está o interesse social e cultural e desportivo e outros adjectivos que podemos dar e podemos classificar, mas é um dever legal! Como actualmente, o anterior Presidente da Câmara só muito tarde é que tirou o curso de jurista não sei se lia as leis, antes, mas actualmente temos um jurista que pode cumprir com a Lei". -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo pediu esclarecimentos: "sobre as competências dos Órgãos e da diferença dos Órgãos, o Senhor Presidente insiste em confundir o que é a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. As comunicações entre os Vereadores e os Membros das Bancadas desta Assembleia não são para aqui chamadas. E, aquilo que o Senhor tenta a todo o custo trazer, ou tentar tapar o sol com a peneira, é a sua falha de comunicação e o desrespeito que tem por esta Assembleia, não comunicando como obrigatoriamente tem que comunicar aquilo que a Lei manda, nomeadamente o que são as acções judiciais em curso, coisa que até ao momento e já lá vão dois anos de Mandato, o Senhor nunca comunicou nenhuma acção, nem quais é que são as acções que estão em curso pela Câmara. Essa é uma parte. Eu compreendo que, através dos seus assessores e dessas coisas todas, os Senhores tenham essa comunicação privilegiada e não seja preciso falar nela. Eu sou um mero Membro desta Assembleia e é normal que se exija que o Senhor Presidente cumpra essa parte.

No que diz respeito à PARQ C, ao contrário do que me parece ter ouvido, aqui não há profetas da desgraça. Aquilo que há foram vozes que, na altura, foram chamadas de *bronzeadinhos* e que vinham para aqui e que não sabiam bem o que é que andavam a fazer ou a dizer, mas foram confrontados com uma posição da Câmara, inclusivamente com apresentações em PowerPoint, com um desenho de um financiamento bancário que estava acima de qualquer suspeita e que estava mais do que garantido.

Estamos a falar do seu Mandato, não estou a falar do Mandato anterior. O Senhor foi Eleito há dois anos. Há dois anos que tem este *dossier* nas mãos e a sua preocupação, como ainda agora vimos, é dizer que isto é do anterior. Teve dois anos para fazer alguma coisa para este processo e não o fez. Confrontado, e está comprovado documentalmente, com uma execução judicial desta quantia, em quinze dias, em quinze dias esta Câmara mandou fazer uma avaliação do imóvel, fez tudo e mais alguma coisa, fez uma transacção com a PARQ C que teve, pelo menos, desde Abril para a fazer e não a fez. Só depois da execução é que a fez.

Acho que as coisas quando as pessoas querem pagar e estão de boa-fé, acho que resolvem facilmente as coisas, não é desta maneira!

Agora que, efectivamente foi atempadamente avisado que isto não ia resultar e o Senhor Presidente insistiu e toda a gente viu. Foi garantia, desta Câmara, que era a solução para isto tudo e, afinal de contas, aquilo que se vê é que não há solução para isto.

Nós estamos dispostos a rever, se nos pedirem essa solução, se nos facultarem esses elementos, nós podemos participar e podemos participar activamente, mas peçam-nos!

É a Câmara é que tem que pedir, não somos nós que temos que andar atrás do Senhor Presidente, porque eu nem sequer tenho acesso à Câmara para o fazer, a dizer quer esta ajuda, ou quer aquela? Não! Peça! Reconheça a sua incapacidade nesta matéria e peça ajuda, que é isso que o Senhor tem que fazer”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Eu registo as suas lágrimas de crocodilo, relativamente a esta matéria, mais não passam do que lágrimas de crocodilo. E de lhe dizer que, sem nenhuma sobrançeria, mal andaria eu se precisasse da sua ajuda neste caso. Mal andaria eu! Felizmente tenho melhores e mais conceituados e mais voluntariosos ajudantes do que Vossa Excelência. Mas isso é um juízo meu, subjectivo e portanto tenho toda a legitimidade... oiça isto não é ofensivo e já agora oiça o que lhe diz o Povo. O Povo tem um sábio princípio, aliás até porque estamos na época, *até ao lavar dos cestos é vindima*. O Senhor ainda não terminou a vindima já quer beber o vinho. Temos que ser sérios a tratar estas matérias, muito sérios e não com leviandade, nem com lágrimas de crocodilo.

Relativamente aos manuais dizer, ao Senhor Deputado Vítor Reis Silva, que nós temos os Serviços Sociais, na Câmara Municipal, que estão atentos a todas as situações de carência, de necessidade no nosso Concelho relativamente aos alunos do Ensino Básico, do 1.º Ciclo e da Pré Primária, portanto nós estamos atentos, todas as situações de carências são acompanhadas, são monitorizadas, ninguém deixará de estudar, ninguém deixará de concluir os seus estudos por falta de manuais ou de ajuda a esse nível. E, portanto, embora reconhecendo que queríamos efectivamente ir mais além, a verdade é que nós temos estes constrangimentos e também mais uma vez a sabedoria popular é-nos útil - *sol na eira e chuva no nabal* não é possível. E, portanto, temos muitas dificuldades já aqui hoje registadas e aqui trazidas. E, dizer que ninguém deixará de estudar por falta de manuais escolares.

Relativamente à exploração actual dos parcómetros, obviamente que terá que ser a PARQ C, por uma razão muito simples, porque a propriedade ainda é deles, só entra na esfera patrimonial do Município no dia em que celebrarmos a escritura por via da entrega do dinheiro que aqui estamos a discutir há tantas horas. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “vamos avançar com o Centro de Competências do *Cloud Computing*, participámos num processo em que fomos enlevados pelo entusiasmo em torno de um projecto chamado DATA CENTER. Eu gostava de saber alguma coisa relativamente a esse processo”. -

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou “É uma questão muito pertinente, deixe-me que lhe diga, Senhor Deputado João Correia. Estive há relativamente pouco tempo, eu e o Senhor Vereador Jorge Torrão reunidos com o novo CEO da PT - Eng.º Paulo Neves e com a sua equipa, as notícias que de lá trouxemos era de que, relativamente ao DATA CENTER, havia a vontade por parte desta nova Administração de manter o projecto inicial de, enfim, ofensiva comercial oferecer os melhores serviços ao melhor preço com vista ao alojamento de dados no DATA CENTER.

É verdade que veio a lume uma notícia, há relativamente poucas semanas no Expresso, de que haveria porventura alguns problemas por parte da União Europeia, relativamente ao cumprimento do contrato do financiamento dos Fundos Comunitários. Eu próprio, na passada semana, dei uma entrevista à RTP a este propósito e referi que há aí uma corrente de opinião que diz que (e eu não quero acreditar nela até porque não sou adepto da teoria da conspiração) isso podia ser um complô, para que no fundo a PT ficasse desobrigada e pudesse vender, pudesse alienar o DATA CENTER a outra Empresa. Mas, enfim, eu não acredito nisso e não acredito nisso, porque o número dois da PT esteve reunido comigo e com os meus restantes 14 colegas do Conselho Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, onde teve a oportunidade de se pronunciar sobre esta notícia do Expresso que ele classificou de notícia de contra vapor, foi assim que a considerou e que estavam e mantinham aquilo que me tinham dito, a mim e ao Senhor Vereador Jorge Torrão, quando tínhamos estado lá, cerca de um mês antes. E, mais ainda, devo anunciar-lhes que estamos a trabalhar num protocolo entre a Comunidade Intermunicipal e a PT no sentido de celebrarmos um contrato de alojamento dos dados dos quinze Municípios. No fundo erigimo-nos como exemplo, um bom exemplo, em termos daquilo que pode ser uma boa parceria, em termos de alojamento de dados, com vantagem obviamente para ambas as partes. A nossa ideia é, provavelmente, durante o mês de Novembro realizarmos a reunião, fomos convidados pela PT para aí realizarmos a reunião do Conselho Intermunicipal, e celebrarmos o protocolo de colaboração com a PT, tendo em vista o alojamento dos dados e cooperação de outros domínios. Não se restringe, essa cooperação ao alojamento de dados com a Portugal Telecom. -----

## 2.2 – FIXAÇÃO DA DERRAMA DO ANO DE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5852 de 2015.09.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação da Derrama do ano de 2015, em 1,20% e a isenção para os sujeitos Passivos com volume de negócios até 150.000,00€** foi a mesma **aprovada por maioria com 40 votos a favor (PS, MAC, PSD, PCP e Presidentes de Freguesias), 1 voto contra (MAC) e 1 abstenção (MAC)**. -----

**2.3 – FIXAÇÃO DO IMI PARA 2016E REDUÇÃO AO ABRIGO DO N.º 13,  
DO ARTIGO 112.º DO CIMI**

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 04 e 22 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas d), e), do n.º 1 e alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 16.º, da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, através dos ofícios n.º 5850, 6227 de 07 e 23 de Setembro de 2015 e seus anexos. ---

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva que apresentou uma Proposta alternativa (**doc.08**). -----

--- Colocada a proposta “**A**” da Câmara Municipal à votação – **Fixação do IMI para 2016e a Redução ao abrigo do n.º 13, do artigo 112.º do CIMI - 1 Dependente a Cargo – 5%; 2 Dependentes a Cargo – 10%; 3 Dependentes a Cargo – 20%** foi a mesma **aprovada por maioria com 38 votos a favor (PS, MAC, PSD e Presidentes de Freguesias) e 4 votos contra (PCP)**. -----

---Colocada a proposta “**B**” do PCP à votação – foi **rejeitada com 04 votos a favor (PCP), 02 abstenções (Presidentes de Cortes do Meio e Casegas e Ourondo) e 36 votos contra (PS, MAC, PSD e Presidentes de Freguesias)**.-----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente a proposta remetida pelo Executivo Municipal porque entendemos que é uma proposta equilibrada, que vai de encontro àquilo que são as necessidades e as responsabilidades financeiras da Autarquia e se adequa ao actual momento das Finanças Municipais.

A Declaração de voto do Partido Socialista vai nesse sentido apoiar a proposta da Câmara Municipal porque ela é responsável e salvaguarda os superiores interesses dos Covilhanenses.” -----

- Senhor Dr. João Bernardo: “O voto favorável do Movimento Acreditar Covilhã, relativamente à fixação da Taxa do IMI com a Redução para as Famílias, corresponde a um reconhecimento, por parte da Câmara, de uma proposta do MAC que vai no sentido de dar um sinal às pessoas que esta Câmara favorece as Famílias e as Famílias com Filhos.” -----

#### 2.4 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS AOS RENDIMENTOS AUFERIDOS EM 2016

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com o disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5853 de 07 de Setembro de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Participação variável do IRS aos rendimentos auferidos em 2016** foi a mesma **aprovada por maioria com 40 votos a favor (PS, MAC, PSD, PCP e Presidentes de Freguesias) e 2 abstenções (MAC)**. -----

#### 2.5 – CONCESSÃO DA GESTÃO DA POUSADA DA JUVENTUDE DAS PENHAS DA SAÚDE - - CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com o disposto nas alíneas f) e m) do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5854 de 07 de Setembro de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

- O Senhor Dr. Jorge Fael: “o que nós não percebemos é a constituição do agrupamento, ou seja temos o Município da Covilhã, a Federação de Desportos de Inverno e uma SGPS PRUNUS AVIUM (eu fui ver o objecto da Empresa e é uma Empresa que se dedica, sobretudo, ao ramo agro-alimentar, cultivo da cereja) e queria compreender. A manter-se este agrupamento nós votaremos contra esta proposta.

Estas coisas é preciso que fiquem muito claras, que não haja qualquer procedimento menos transparente e que a Pousada da Juventude venha a ter a gestão que merece, porque ela é importante para a dinamização turística, para a Serra da Estrela e para o Concelho da Covilhã. Isso é, com certeza, aquilo que nos move a todos e é o mais importante. Mas, havendo tantos operadores turísticos neste Concelho com provas dadas e conhecida capacidade no sector turístico, fomos escolher esta Empresa!? E, nós queremos perceber porque é que aparece esta SGPS, na nossa perspectiva não faz qualquer sentido”; -----

- O Senhor Dr. Pina Simão: “Ainda bem que a Câmara tem aqui uma intervenção estratégica, ponderada, bem pensada, no sentido de não deixar que um equipamento essencial para a nossa Terra deixe de estar sobre a influência, e é uma influência importante, do Município da Covilhã. São 33% e, necessariamente, tem sempre uma palavra a dizer na exploração deste equipamento. Daí que nós, na Bancada do PS, iremos votar favoravelmente este contrato”; -----

- O Senhor Eng.º Nuno Serra: “da análise que fizemos da documentação estranhámos, um pouco, o facto de ter sido aprovado na Câmara por unanimidade. Mas, tanto quanto nos foi dado a perceber e cruzando inclusivamente essa informação com o Vereador do PSD, não estava presente na altura o contrato que agora aqui vem apenso à documentação. Quem lê a proposta que foi apresentada na Câmara não reflecte aquilo que é o contrato de agrupamento que agora aqui vem para votarmos. Eu considero que, ou há alguma coisa aqui de estranho, ou isto é uma trapalhada que a Assembleia não se pode pronunciar sobre isto. E, a proposta que eu quero fazer, em nome da Bancada do PSD, é a retirada do ponto.

Na verdade, o contrato que nos é dado fala de uma terceira Entidade que é uma SGPS, não temos nada contra. Mas, entendemos que quando se vai para um consórcio tem que se evidenciar, ou pelo menos no âmbito do contrato, qual é a mais-valia e aquilo que cada uma das partes aporta ao consórcio. Se isso não estiver claro, em abono da transparência, obviamente que isso suscita as maiores dúvidas e em consciência nós não podemos estar de acordo. E, manda a regra e o avisado que se retire a proposta”. (**doc.09**); -----

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “saudar a Câmara Municipal pelo facto de resolver este problema e saudar também facto de tentar envolver outras Instituições. Mas há uma coisa que, para mim, é importante perceber: qual é a consequência da aprovação da proposta do Senhor Deputado Nuno Serra? É que me parece que ao adiarmos a votação, ou chumbarmos a proposta da Câmara, hoje, estamos a inviabilizar a resolução deste problema”; -----

- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): “se não votarmos hoje esta proposta, possivelmente, a Pousada irá fechar. Acho que devemos votar e favoravelmente, é a minha opinião”; -----

- O Senhor Prof. Reis Silva: “vim para esta Assembleia a pensar que iríamos votar a constituição de um consórcio e de, certa forma, avalizar que este consórcio entrasse no concurso para um equipamento que é importante para o Concelho. Temos as nossas dúvidas em relação à necessidade ou não de estar ali aquele parceiro privado”. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos: “Mais uma vez estamos a complicar uma coisa que é simples e clara. O que há são dois momentos: o momento em que deliberámos apresentar uma candidatura em que criamos um consórcio com vista a concorrer e outra coisa muito diferente é a forma como isso se densifica para se operacionalizar. E, portanto, não há aqui nada na manga.

Na verdade, o que acontece é que houve um concurso a nível Nacional, as 3 entidades em conjunto concorreram, ganharam esse concurso. E, se tivéssemos que voltar atrás, retirássemos este ponto, naufragava um trabalho que demorou a construir e que é uma legítima aspiração da Federação de Desportos de Inverno. Temos a Pousada que tem que ser dinamizada a benefício da Região, há aqui a conjugação da vontade de uma Federação, de uma Câmara Municipal e de uma SGPS. A intenção de consorciar esta exploração, eu acho que ela é feita de uma forma correcta e de uma forma linear.

- Eng.º João Nuno Serra: “mas, afinal este consórcio já tinha ido a concurso e ganhou, estas três partes, ou é para irem a concurso?”

- Senhor Prof. Reis Silva: “Agora, a questão principal, é que no decurso desta Assembleia, pelos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, afinal de contas aquilo que poderia ser já o é. Ou seja, a Câmara Municipal, sem autorização da Assembleia, constituiu o consórcio e avançou para o concurso e agora vem pedir à Assembleia que se ratifique a coisa. Foi isso que eu entendi, foi isso que ouvi, que o consórcio até já ganhou o concurso. O consórcio já ganhou o concurso ou não? O consórcio está constituído ou não?

São perguntas que eu penso que a Assembleia Municipal, enfim pelo respeito... aliás, poderia ter dado essa informação no início. Agora, com estes desenvolvimentos, é que penso que transparência Senhor Presidente da Câmara?! Falta de transparência está aqui ela toda!

Ou seja, vem à Assembleia depois das coisas estarem já constituídas.

E não temos problemas com privados, respeitamo-los, separamos é os privados da vida pública. Porque, aquilo a que assistimos no nosso País, é a promiscuidade entre o privado e o público, onde o público perde sempre e o privado ganha sempre. É aquilo que nós verificamos nas parcerias público privadas existentes por aí. O público paga e o privado recebe.

Não temos nada contra os privados, contra as pequenas e médias empresas, porque são importantes para o País e para a economia Nacional”; -----

- Senhor Presidente da Câmara: Não. Já está!

- Eng.º João Nuno Serra: “Então, peço desculpa mas estamos aqui a discutir um não problema. Porque se já está, não deviam ter ido a jogo sem definir aqui o consórcio”.

- Senhor Presidente da Câmara: Não, não, não há aqui qualquer contradição neste domínio.

- Senhor Prof. Reis Silva: mas é um processo transparente?

- Senhor Presidente da Câmara: Totalmente transparente! Tanto que é transparente que estamos aqui a discuti-lo com esta abertura.

- Senhor Prof. Reis Silva: estamos a constituir um consórcio e a autorizar a Câmara a constituir um consórcio que já ganhou um concurso.

- Senhor Presidente da Câmara: se fosse só a Câmara sozinha, qual é que era o problema? Assim já concordavam!? Se for conjuntamente com uma Federação que está vocacionada para este efeito e que tem este escopo, há algum mal? O que eu proponho é que esta proposta seja aprovada por esta Assembleia. Deviam regozijar-se por a Câmara ser aqui o fiel da balança entre o privado e a Federação de Desportos de Inverno, para gerirem uma importantíssima infra-estrutura do nosso Concelho. -----

---Colocada a proposta do PSD à votação foi a mesma **rejeitada**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Nós criticando e não concordando com a actuação da Câmara que ficou aqui expressa. Não concordando e criticando a Câmara Municipal por esse facto, também consideramos que retirar a proposta e voltarmos a discutir o assunto penso eu que também não acrescenta muito mais, porque existem já factos consumados, a candidatura que foi feita, a aprovação da candidatura. Esperamos que o Senhor Presidente da Câmara se lembre, nós autorizamos hoje, possivelmente a constituição do consórcio, que nos traga depois os estatutos do consórcio”. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Concessão da Gestão da Pousada da Juventude das Penhas da Saúde – Constituição de Agrupamento** foi a mesma **aprovada por maioria com 31 votos a favor (PS, MAC e Presidentes de Freguesias), 9 votos contra (PS, PSD e PCP) e 1 abstenção (Presidente de Cortes do Meio) o Senhor Dr. João Bernardo não participou na discussão nem na votação, nos termos do no n.º 6, do artigo 55.º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.** -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhora Dra. Graça Castelo Branco: “O MAC congratula-se com a aprovação do presente ponto da Ordem de Trabalhos. Porquanto, não obstante uma primeira tentativa de assunção por parte de uma Entidade Municipal, representa um passo no caminho certo de cooperação e entreaajuda de defesa dos interesses do Concelho, que sempre foi preconizada pelo Movimento Acreditar Covilhã, na pessoa do seu Vereador em Exercício Pedro Farromba, numa atitude construtiva e activa na defesa dos interesses Municipais.

Representa, por outro lado, por parte da Câmara o reconhecimento expresso da valia do projecto apresentado pela Federação de Desportos de Inverno e a total competência para o implementar, facto com que nos congratulamos e razões pelas quais votámos favoravelmente.” -----

- Senhor Eng.º João Nuno Serra: “O PSD votou contra a aprovação da minuta de contrato de consórcio uma vez que esteve em causa, neste ponto, a ligação entre duas Entidades Públicas, Câmara Municipal e Federação, com uma Entidade Privada cujo processo de escolha decorreu, de todo, com falta de transparência.” -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “A Bancada do Partido Socialista aprovou e votou favoravelmente este ponto da Ordem de Trabalhos porque, nos parece que, a Câmara Municipal anda bem quando se preocupa com aquilo que são infra-estruturas âncora do nosso Concelho, cumprindo e confiando no cumprimento de todos os requisitos legais. Reconhecemos que a Câmara Municipal anda bem quando se preocupa com aquilo que é a gestão e a dinamização de uma infra-estrutura muito importante, naquilo que é uma actividade do sector económico fundamental no nosso Concelho, que é o Turismo. E, portanto, saudar a Câmara Municipal da Covilhã e também a Federação Portuguesa de Desportos de Inverno por esta iniciativa.” -----

- Senhor Prof. Doutor João Correia: “Não acompanhei o Partido Socialista nesta votação porque entendo que não estava clarificada que a salvaguarda dos interesses, apresentados pelo Eng.º Hélio Fazendeiro, seja feita única e exclusivamente em associação com uma única Empresa, com uma única e só Empresa, não se conhecendo exactamente quais os critérios que levam à sua escolha.” -----

**2.6 – ALIENAÇÃO À ICOVI – INFRA-ESTRUTURAS E CONCESSÕES DA COVILHÃ, SA, EEM, DA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DETIDA NA PARKURBIS – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, SA, EM - REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos de revogação da deliberação tomada em Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2014, através do ofício n.º 5855 de 07 de Setembro de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

- O Senhor Dr. João Bernardo “a falta de visão e a falta de programação leva a estas inflexões. Constata-se que a Câmara recuou claramente nesta situação. Aquilo que eu pergunto é, atendendo à não informação na documentação, quais é que foram as dúvidas que foram levantadas pela Inspeção Geral de Finanças, que estão referidas na informação do Técnico, que levaram a esta situação e qual é que é a reestruturação das Entidades Empresariais do Concelho, que eu não conheço. E, justificar esta revogação com base em uma coisa que não se conhece é um tiro no escuro, com o qual eu não poderei obviamente aprovar e, portanto, peço esclarecimento ao Senhor Presidente”;

- A Senhora Dra. Graça Robbins, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, informou: “esta decisão, na altura, foi tomada tendo em conta a reestruturação do sector empresarial local da Covilhã e no decorrer das questões que foram suscitadas quando se solicitou o Visto do Tribunal de Contas. A Divisão Financeira, na altura, decidiu que já não fazia sentido esta alienação. Não tenho presente agora o processo, também”;

- O Senhor Eng.º Nuno Serra: “Esta marcha atrás tem a ver com uma imposição da Inspeção Geral de Finanças, ou é proveniente daquilo que a Dra. Graça acaba de referir?”

- O Senhor Presidente informou que não houve nenhuma decisão de nenhuma Entidade. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alienação à ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, SA, EEM, da participação societária detida na Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia, SA, EM - Revogação de Deliberação*** foi a mesma ***aprovada por maioria, 40 votos a favor (PS, MAC, PSD, CDU e Presidentes de Freguesia) e 1 abstenção (MAC), o Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.*** -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. Jorge Fael: “Relativamente a este ponto, pela parte do PCP e da CDU, sublinhar que nós na altura, quando esta proposta de alienação do capital social do Parkurbis à ICOVI aqui veio, chamámos à atenção que não estava demonstrada a bondade da proposta da Câmara, nem em termos de eficiência nem em termos de eficácia.

E, pelos vistos, tínhamos razão e votámos favoravelmente mais uma vez por essa razão. Creio que agora os alertas que lançámos e as dúvidas que lançámos, quando este assunto aqui veio pela primeira vez, tinham toda a razão e sentido.” -----

- Senhor Dr. João Bernardo: “ A minha abstenção é justificada pelo facto de a Câmara não apresentar uma estratégia de reestruturação das Empresas Municipais. E, estar a votar a favor quer de uma coisa quer da outra, é estarmos a votar no nada. E, portanto, sem a Câmara se definir e saber o que é que vai fazer com as Entidades Públicas Municipais, é estar a votar deliberações favoravelmente para revogar anteriores que já eram contraditórias. De facto, não me é possível, em consciência, fazê-lo.” -

### **2.7 – DELIMITAÇÃO DA ARU - CENTRO URBANO DA COVILHÃ - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com o disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5856 de 07 de Setembro de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Delimitação da ARU - Centro Urbano da Covilhã - Proposta de alteração da Planta de Delimitação da área de intervenção*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente e enaltece esta iniciativa da Câmara, uma vez que o alargamento da ARU ao Vale da Carpinteira vai possibilitar e pretende ser, isso sim, um verdadeiro estímulo à regeneração urbana e à reabilitação. Uma vez que, dentro do quadro daquilo que é a regulamentação da ARU, vai possibilitar a ausência de pagamento de taxas e licenças ao Município e potenciar essa mesma regeneração. Portanto, acho que a Câmara andou bem e por essa via levou o voto favorável da Bancada do Partido Socialista.” -----

**2.8 – DELIMITAÇÃO DA ARU - CENTRO URBANO DE VILA DO CARVALHO - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com o disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5857 de 07 de Setembro de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Delimitação da ARU - Centro Urbano de Vila do Carvalho - Proposta de alteração da Planta de Delimitação da área de intervenção*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente e enaltece esta iniciativa da Câmara, uma vez que o alargamento da ARU vai possibilitar e pretende ser, isso sim, um verdadeiro estímulo à regeneração urbana e à reabilitação. Uma vez que, dentro do quadro daquilo que é a regulamentação da ARU, vai possibilitar a ausência de pagamento de taxas e licenças ao Município e potenciar essa mesma regeneração. Portanto, acho que a Câmara andou bem e por essa via levou o voto favorável da Bancada do Partido Socialista.” -----

**2.9 – APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NAS ARU’S EM VIGOR NO CONCELHO DA COVILHÃ - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com o disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5858 de 07 de Setembro de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Apoios e Incentivos previstos nas ARU’s em vigor no Concelho da Covilhã - Proposta de alteração dos incentivos fiscais*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**2.10 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES E ENTIDADES DO ILUMINISMO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas n), *in fine*, do n.º 1, e k) do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugadas com o disposto no n.º 2, do artigo 56.º, da lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, através do ofício n.º 5860 de 07 de Setembro de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Adesão à Associação Internacional de Cidades e Entidades do Iluminismo*** foi a mesma ***aprovada por maioria, 41 votos a favor (PS, MAC, PSD, CDU e Presidentes de Freguesia) e 1 abstenção (MAC)***. -----

**2.11 – PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL:  
ESTENDEDOURO DE LÃS DAS ESCADINHAS DO CASTELO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Setembro de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea t), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6174 de 21 de Setembro de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Classificação de Bens Imóveis – Imóvel de Interesse Municipal: Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- O Senhor Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Membro da Assembleia de Freguesia de Peraboa referiu-se aos problemas existentes na Junta de Freguesia (**doc.10**). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que está disponível para reunir, com todos os Membros da Junta e Assembleia de Freguesia, e com diálogo conseguir o acordo desejável para a Freguesia. -----

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,